

SUBEMENDA Nº 1/2022

Altera os artigos 1º e 2º e anexos da Emenda Modificativa nº 8/2021 ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, que cria a Área de Expansão Urbana da Proteção da Paisagem Campestre (AEUPPC)

Subemenda 1 - Altera a redação do artigo 1º da Emenda Modificativa nº 8/2021 ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º [...]

Art. 66 A Macrozona Rural do Município fica subdividida em:

[...]

III - Área de Expansão Urbana da Proteção da Paisagem Campestre (AEUPPC).

[...]

§3º A Área de Expansão Urbana da Proteção da Paisagem Campestre (AEUPPC) caracteriza-se por regiões de baixo adensamento populacional e formas de ocupação sustentáveis que valorizam o meio ambiente e não alterem as características da paisagem campestre, de uso não diretamente ligado às atividades rurais, com maior volume de atividades voltadas predominantemente ao setor agrosilvopastoril. (NR)

Subemenda 2 - Altera a redação do artigo 2º da Emenda Modificativa nº 8/2021 ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º [...]

Art. 70 As Macrozonas Urbanas estão subdivididas em setores de uso e ocupação, de acordo com suas características e destinação, na Lei Complementar de



31d8e7a9601593bd699f69d72511dffc

Estruturação e Ordenamento Territorial, parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville, sendo:

[...]

XII - Setor especial de interesse turístico e paisagístico (SEITP): constituído por áreas destinadas predominantemente aos usos residenciais, a atividades agrossilvipastoris e a atividades turísticas, com parâmetros de ocupação que visam proteger a paisagem campestre; (NR)

XIII - Setor especial de interesse náutico e eventos (SEINE): constituído por áreas destinadas predominantemente aos usos residenciais, a atividades agrossilvipastoris e a atividades turísticas e de eventos, terrestres e náuticos, com de parâmetros de ocupação que visam proteger a paisagem campestre e propiciar o acesso aos rios e à Baía da Babitonga; (NR)

XIV - Setor especial de regularização fundiária e adensamento controlado (SERFAC): áreas destinadas prioritariamente à regularização fundiária, à produção de habitação de interesse social e a urbanização e diversidade urbana, à função residencial, industrial, comercial, e de prestação de serviços, facultados outros usos complementares; (NR)

[...]

Subemenda 3 - Altera os anexos da Emenda Modificativa nº 8/2021 ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, conforme mapas anexos a esta subemenda modificativa.

Gabinete Parlamentar, 24 de fevereiro de 2022.

Adilson Girardi - MDB
Vereador



31d8e7a9601593bd699f69d72511dffc

JUSTIFICATIVA

A presente Subemenda Modificativa visa excluir da redação proposta na Emenda Modificativa nº 8/2021 para o §3º do Artigo 66 do Projeto de Lei Complementar nº 61/2018 o trecho final, qual seja, "[...] que, contudo, possibilita a instalação de agroindústrias e a manutenção de indústrias em geral instaladas na região antes da Lei Complementar nº 470, de 09 de janeiro de 2017, desde que estas adotem medidas mitigadoras de riscos ao meio ambiente.", uma vez que os termos utilizados remontam à regulamentação dos usos permitidos para a região, os quais devem ser abordados na Lei Complementar nº 470/2017 (Lei de Ordenamento Territorial).

A Subemenda 2 altera a redação proposta na Emenda Modificativa nº 8/2021 para os incisos XII, XIII e XIV do Artigo 70 do Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, retirando destes o termo "contidas dentro da Macrozona Urbana de Proteção da Paisagem Campestre", permitindo que os conceitos dos setores criados possam ser utilizados em outras áreas.

Ainda a Subemenda 3 altera o Anexo I - Mapa do Macrozoneamento Rural e o Anexo II - Mapa do Macrozoneamento Urbano, do Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, adequando-os à Lei Complementar nº 581 de 02 de dezembro de 2021, que alterou os anexos II e III da Lei de Ordenamento Territorial (Lei Complementar nº 470/2017).

Portanto, considerando que a Subemenda atende as regras de cautela absolutamente racionais e salvaguarda o interesse público em geral, temos a certeza da concordância dos nobres pares desta Casa, pelo que se espera a tramitação regulamentar e, ao final, a aprovação da presente.

Gabinete Parlamentar, 24 de fevereiro de 2022.

Adilson Girardi - MDB
Vereador



31d8e7a9601593bd699f69d72511dffc



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

RECEBIMENTO

Certifico que dei cumprimento ao despacho referido, encaminhando os autos a Divisão de Apoio às Comissões, para os devidos fins, sob o protocolo:

Nº

Em 03/03/2022

Divisão de Apoio às Comissões

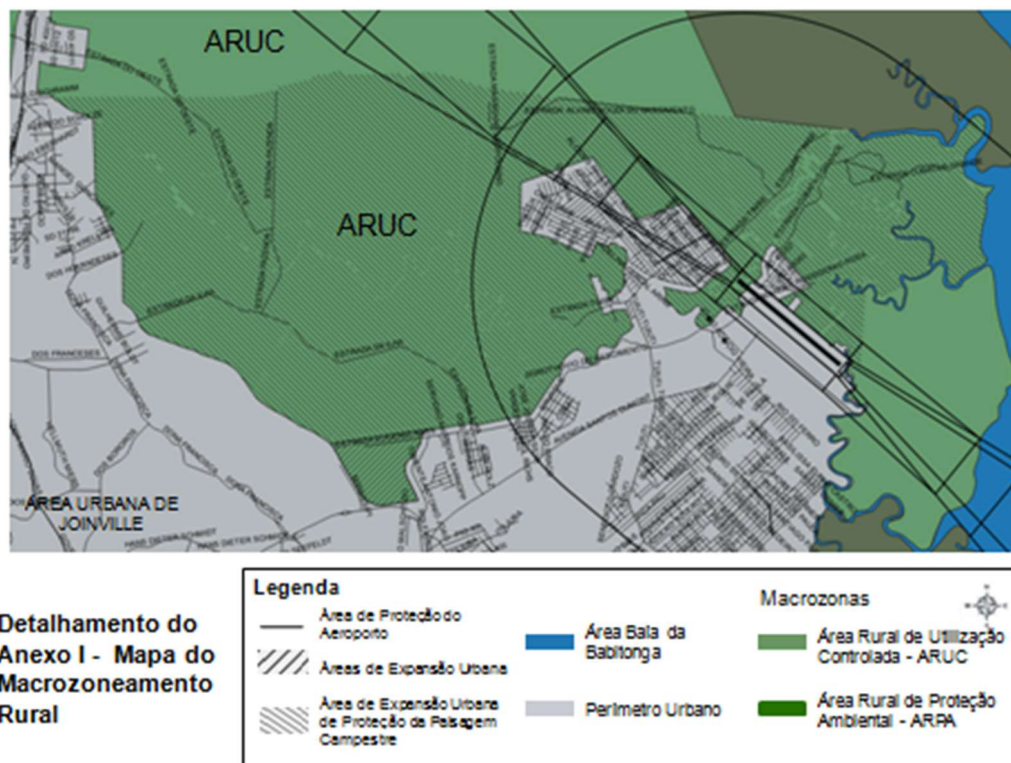
Em 03/03/2022 , recebi estes autos e distribui cópias aos Consultores das Comissões

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1 - Legislação, Justiça e Redação | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 2 - Finanças, Orçamento e Contas do Município | <input type="checkbox"/> |
| 3 - Educação, Cultura, Desportos, Ciência e Tecnologia | <input type="checkbox"/> |
| 4 - Saúde, Assistência e Previdência Social | <input type="checkbox"/> |
| 5 - Urbanismo, Obras, Serviços Públicos e Meio-Ambiente | <input type="checkbox"/> |
| 6 - Economia, Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo | <input type="checkbox"/> |
| 7 - Proteção Civil e Segurança Pública | <input type="checkbox"/> |
| 8 – Cidadania e Direitos Humanos | <input type="checkbox"/> |

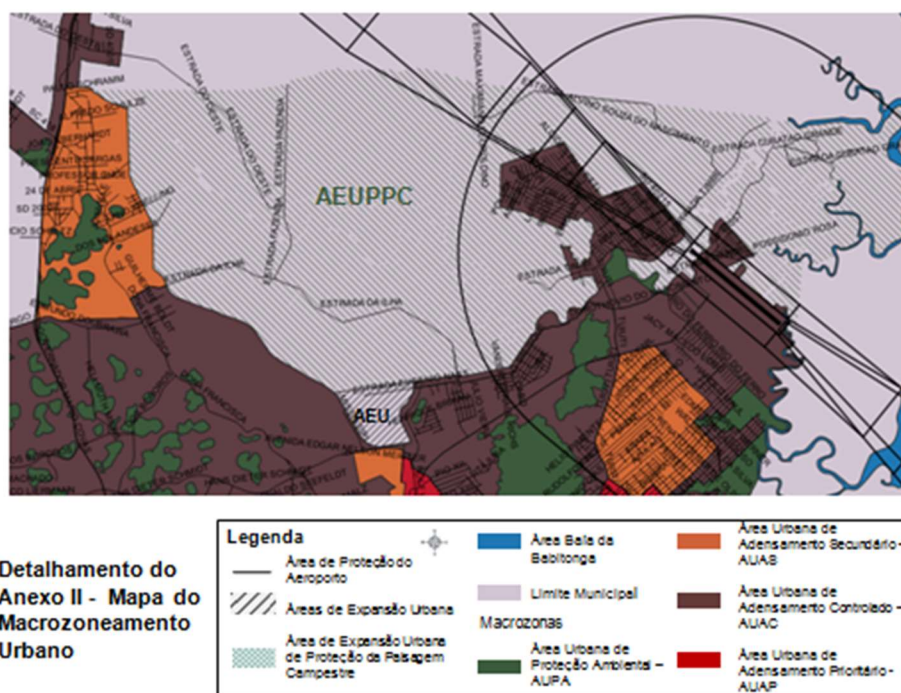
Chefe da Divisão de Apoio às Comissões

ANEXOS

Anexo – Altera o Anexo I – Mapa do Macrozoneamento Rural do PLC 61/2018



Anexo – Altera o Anexo II – Mapa do Macrozoneamento Urbano do PLC 61/2018



EMENDA Modificativa Nº 8/2021
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 61/2018

Promove alterações no Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, a fim de criar a Área de Expansão Urbana da Proteção da Paisagem Campestre (AEUPPC)

Art. 1º Fica acrescentado o inciso III e o §3º ao artigo 66 do Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, com a seguinte redação:

Art. 66 A Macrozona Rural do Município fica subdividida em:

[...]

III - Área de Expansão Urbana da Proteção da Paisagem Campestre (AEUPPC).

[...]

§3º A Área de Expansão Urbana da Proteção da Paisagem Campestre (AEUPPC) caracteriza-se por regiões de baixo adensamento populacional e formas de ocupação sustentáveis que valorizam o meio ambiente e não alterem as características da paisagem campestre, de uso não diretamente ligado às atividades rurais, com maior volume de atividades voltadas predominantemente ao setor agrosilvopastoril, que, contudo, possibilita a instalação de agroindústrias e a manutenção de indústrias em geral instaladas na região antes da Lei Complementar nº 470, de 09 de janeiro de 2017, desde que estas adotem medidas mitigadoras de riscos ao meio ambiente.

Art. 2º Fica alterado o artigo 70 do Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, passando a conter a seguinte redação:



bdae31cf2c003de536ea017377cd46b0

Art. 70 As Macrozonas Urbanas estão subdivididas em setores de uso e ocupação, de acordo com suas características e destinação, na Lei Complementar de Estruturação e Ordenamento Territorial, parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville, sendo:

I - Setor Especial de Interesse Cultural (SE-01): constituído por áreas ou imóveis de interesse do patrimônio cultural da cidade, inclusive as áreas do seu entorno;

II - Setor Especial de Interesse Público (SE-02): constituído por áreas destinadas aos equipamentos públicos urbanos de educação, desenvolvimento tecnológico e inovador, lazer, cultura, saúde, terminais de transporte coletivo, assistência social, administração e serviço público;

III - Setor Especial de Interesse Educacional (SE-03): áreas contidas dentro das Macrozonas Urbanas, constituídas por áreas destinadas aos equipamentos de educação superior e desenvolvimento tecnológico;

IV - Setor Especial de Interesse de Conservação de Morros (SE-04): são as áreas situadas a partir da isoípsa de 40m (quarenta metros) que, pela sua situação e atributos naturais, devem ser protegidas e/ou requeiram um regime de ocupação especialmente adaptado a cada caso, podendo constituir Unidades de Conservação;

V - Setor Especial de Interesse de Conservação de Várzeas (SE-05): são as áreas que, pela sua situação e atributos naturais, devem ser protegidas e/ou requeiram um regime de ocupação especialmente adaptado a cada caso, podendo constituir Unidades de Conservação;

VI - Setor Especial de Interesse Industrial (SE-06): são as áreas contidas dentro das Macrozonas Urbana, constituídas por áreas destinadas à instalação de atividades vinculadas aos setores terciário e secundário;

VII - Setor Especial de Interesse Industrial Misto (SE-06A): são as áreas contidas dentro da Macrozonas Urbana, constituídas por áreas destinadas à instalação de atividades vinculadas aos setores terciário, secundário e uso residencial;

VIII - Setor Especial de Interesse Social (SE-07): são áreas de terras urbanas e rurais destinadas à implantação do Programa de Regularização Fundiária, destinado às famílias de baixa renda, enquadrando-se nesta categoria as áreas ocupadas por assentamentos precários, bem como as áreas ociosas ou espaços vazios que possam ser utilizadas para produção de habitação;

IX - Setor Especial de Centralidade Urbana (SE-08): são as áreas contidas dentro de um raio definido a partir das estações de cidadania do transporte coletivo de Joinville;

X - Setor Especial de Interesse da Segurança Pública (SE-09): são as áreas contidas dentro das Macrozonas Urbanas, constituídas por áreas destinadas aos



bdae31cf2c003de536ea017377cd46b0

equipamentos de segurança pública e demais serviços públicos ou privados necessários ao cumprimento da Lei de Execuções Penais;

XI - Setores de Adensamento (SA): setores destinados à função residencial, industrial, comercial, e de prestação de serviços, facultados outros usos complementares, sendo subdivididas em:

- a) Setor de Adensamento Prioritário 01 (SA-01);
- b) Setor de Adensamento Prioritário 02 (SA-02);
- c) Setor de Adensamento Secundário (SA-03);
- d) Setor de Adensamento Controlado (SA-04); e,
- e) Setor de Adensamento Especial (SA-05).

XII - Setor especial de interesse turístico e paisagístico (SEITP): constituído por áreas contidas dentro da Macrozona Urbana de Proteção da Paisagem Campestre, destinadas predominantemente aos usos residenciais, a atividades agrossilvipastoris e a atividades turísticas, com parâmetros de ocupação que visam proteger a paisagem campestre; (NR)

XIII - Setor especial de interesse náutico e eventos (SEINE): constituído por áreas contidas dentro da Macrozona Urbana de Proteção da Paisagem Campestre, destinadas predominantemente aos usos residenciais, a atividades agrossilvipastoris e a atividades turísticas e de eventos, terrestres e náuticos, com de parâmetros de ocupação que visam proteger a paisagem campestre e propiciar o acesso aos rios e à Baía da Babitonga; (NR)

XIV - Setor especial de regularização fundiária e adensamento controlado (SERFAC): áreas contidas dentro Macrozona Urbana de Proteção da Paisagem Campestre, constituídas por porções do território destinadas prioritariamente à regularização fundiária, à produção de habitação de interesse social e a urbanização e diversidade urbana, à função residencial, industrial, comercial, e de prestação de serviços, facultados outros usos complementares; (NR)

XV - Faixas Viárias (FV): área destinada ao adensamento habitacional e populacional delimitada por duas linhas imaginárias paralelas a partir das vias que deram origem às Faixas Viárias, conforme o artigo 13 da Lei Complementar nº 470/2017 (Lei de Estruturação e Ordenamento Territorial);

XVI - Faixas Rodoviárias (FR) - vias estaduais e federais, destinadas à contenção da intensiva ocupação de caráter residencial e à localização preferencial de usos compatíveis com a atividade rodoviária, de forma a atenuar seu impacto sobre a malha urbana.



bdae31cf2c003de536ea017377cd46b0

Art. 3º Fica alterada a redação do §4º do artigo 125 do Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, passando a conter a seguinte redação:

Art. 125 [...]

§ 4º Fica definido o prazo de 96 (noventa e seis) meses após a publicação desta Lei Complementar para o encaminhamento dos instrumentos descritos nos incisos X e XIII, deste artigo.

Art. 4º Fica acrescentado o §5º ao artigo 125 do Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, com a seguinte redação:

Art. 125[...]

§ 5º Fica definido o prazo de 36 (trinta e seis) meses após a publicação desta Lei Complementar para o encaminhamento do instrumento descrito no inciso XII, deste artigo.

Art. 5º Ficam alterados o Anexo I - Mapa do Macrozoneamento Rural e o Anexo II - Mapa do Macrozoneamento Urbano, do Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, conforme mapas anexos a esta emenda aditiva.

Gabinete Parlamentar, 15 de dezembro de 2021.

Adilson Girardi - MDB
Vereador

Brandel Junior - PODE
Vereador

Diego Machado - PSDB
Vereador

Érico Vinicius - NOVO
Vereador



bdae31cf2c003de536ea017377cd46b0

Henrique Deckmann - MDB
Vereador

Kiko do Restaurante - PSD
Vereador

Maurício Peixer - PL
Vereador

Nado - PROS
Vereador

Neto Petters - NOVO
Vereador

Pastor Ascendino Batista - PSD
Vereador

Wilian Tonezi - PATRIOTA
Vereador



bdae31cf2c003de536ea017377cd46b0

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa visa criar a Área de Expansão Urbana da Proteção da Paisagem Campestre (AEUPPC) que envolve toda a então região rural, englobando as estadas da Ilha, Timbé e Oeste até a bacia do Rio Cubatão do Norte e Marina Cubatão, já incluindo a conceituação de seus possíveis Setores.

A propositura desta emenda partiu do "Projeto Vale Verde" apresentado nesta casa de leis por iniciativa popular em legislaturas anteriores. Todavia, observando-se o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) observou-se a impossibilidade de se aprovar a expansão do perímetro urbano do município sem que sejam respeitados regramentos dispostos na supracitada lei.

Desta forma, a instituição da Área de Expansão Urbana da Proteção da Paisagem Campestre (AEUPPC) visa regular as regiões de uso não diretamente ligados às atividades rurais, que, contudo, não alterem as características da paisagem campestre, tendo baixo adensamento populacional e formas de ocupação sustentáveis e que valoriza o meio ambiente, permitindo a manutenção das operações já regularmente instaladas na região antes da Lei Complementar nº 470/2017, desde que estas adotem medidas mitigadores de impactos ambientais.

Outrossim, essa é uma demanda antiga dos moradores daquela região, que pretendem transformar parte da região norte do município na bacia do Rio Cubatão, hoje eminentemente rural, em área de expansão urbana e, posteriormente, uma área urbana especial, atendendo aos pedidos dos cidadãos diretamente afetados, representados por moradores e associações locais.

É importantíssimo ressaltar o respeito da proposta trazida pela comunidade as normas constantes do Estatuto da Cidade e à preocupação com a cultura local e com a preservação ambiental e política de desenvolvimento sustentável.

A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) prevê em seu Art. 42-B que os Municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta Lei deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo: demarcação do novo perímetro urbano; delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover



bdae31cf2c003de536ea017377cd46b0

a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda; a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido; definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público.

Diante disso, antes de expandir o perímetro urbano está sendo proposta a criação da presente área de expansão urbana (Área de Expansão Urbana da Proteção da Paisagem Campestre - AEUPPC), a fim de que o Poder Executivo realize os estudos e tramites necessários para a definição específica dos setores que compõem a região a ser expandida, obedecidos os regramentos dispostos no Estatuto da Cidade.

Ainda, o presente projeto de emenda altera o artigo 70 do Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, criando 03 (três) novos setores e seus respectivos conceitos na intenção de que estes sejam utilizados para a subdivisão da Área de Expansão Urbana de Proteção da Paisagem Campestre - AEUPPC e de outras que sobrevierem, de acordo com a vocação de uso de cada região.

De outro norte, a emenda proposta se faz necessária para que, posteriormente, sejam realizadas as alterações e regulamentações necessários na Lei de Ordenamento Territorial (Lei Complementar nº 470/2017), possibilitando a efetivação da área de expansão urbana proposta.

Por fim, a presente emenda visa alterar o prazo de 96 (noventa e seis) meses originalmente apresentado para elaboração e encaminhamento à Câmara de Vereadores do Plano Diretor de Mineração do município, reduzindo-o para 36 (trinta e seis) meses, sendo este um prazo razoável para a elaboração deste instrumento, considerando que se encontra em andamento um estudo técnico da geologia e hidrogeologia do território municipal, estudo este contratado pelo Município de Joinville e desenvolvido pela CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), o qual irá subsidiar o Plano Diretor de Mineração, bem como que este instrumento já estava previsto no Plano Diretor de 2008.

Portanto, considerando que o presente projeto atende as regras de cautela absolutamente racionais e salvaguarda o interesse público em geral, bem como pela importância desta iniciativa, pela sua abrangência, junto à comunidade, temos a certeza da concordância dos nobres pares desta Casa, pelo que se espera a tramitação regulamentar e, ao final, a aprovação do presente projeto de lei.



bdae31cf2c003de536ea017377cd46b0

Gabinete Parlamentar, 15 de dezembro de 2021.

Adilson Girardi - MDB
Vereador

Brandel Junior - PODE
Vereador

Diego Machado - PSDB
Vereador

Érico Vinicius - NOVO
Vereador

Henrique Deckmann - MDB
Vereador

Kiko do Restaurante - PSD
Vereador

Maurício Peixer - PL
Vereador

Nado - PROS
Vereador

Neto Petters - NOVO
Vereador



bdae31cf2c003de536ea017377cd46b0

Pastor Ascendino Batista - PSD
Vereador

Wilian Tonezi - PATRIOTA
Vereador



bdae31cf2c003de536ea017377cd46b0



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

RECEBIMENTO

Certifico que dei cumprimento ao despacho referido, encaminhando os autos a Divisão de Apoio às Comissões, para os devidos fins, sob o protocolo:

Nº

Em 25/01/2022

Divisão de Apoio às Comissões

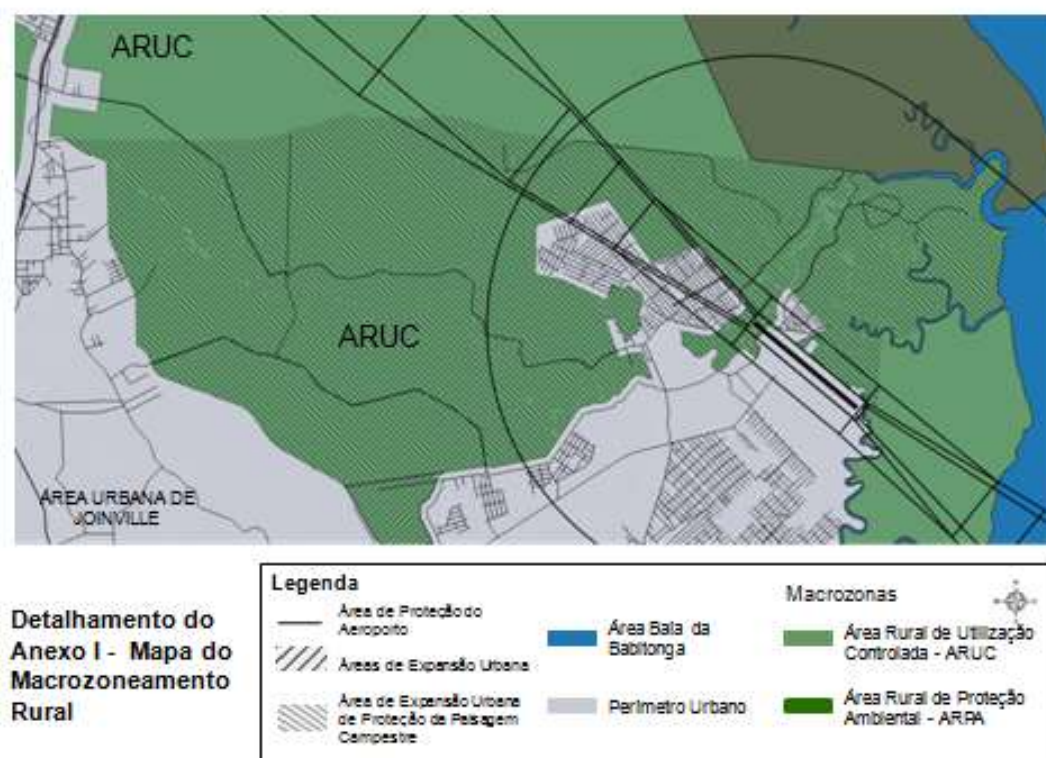
Em 25/01/2022 , recebi estes autos e distribui cópias aos Consultores das Comissões

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1 - Legislação, Justiça e Redação | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 2 - Finanças, Orçamento e Contas do Município | <input type="checkbox"/> |
| 3 - Educação, Cultura, Desportos, Ciência e Tecnologia | <input type="checkbox"/> |
| 4 - Saúde, Assistência e Previdência Social | <input type="checkbox"/> |
| 5 - Urbanismo, Obras, Serviços Públicos e Meio-Ambiente | <input type="checkbox"/> |
| 6 - Economia, Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo | <input type="checkbox"/> |
| 7 - Proteção Civil e Segurança Pública | <input type="checkbox"/> |
| 8 – Cidadania e Direitos Humanos | <input type="checkbox"/> |

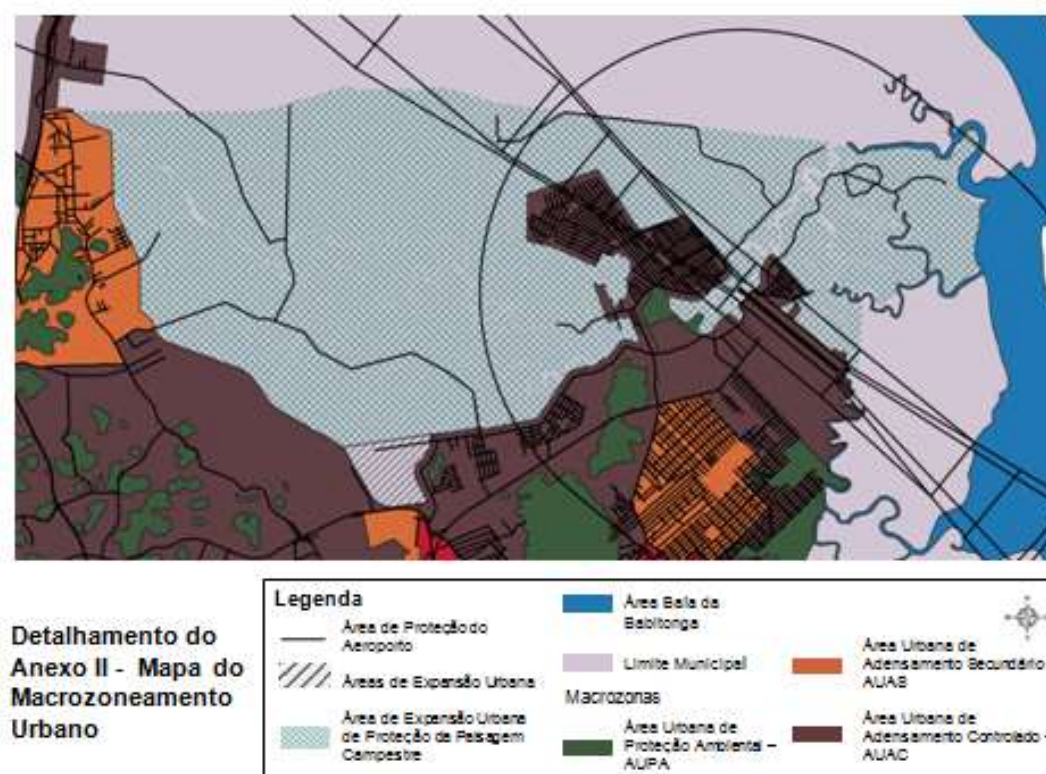
Chefe da Divisão de Apoio às Comissões

ANEXOS

Anexo – Altera o Anexo I – Mapa do Macrozoneamento Rural do PLC 61/2018



Anexo – Altera o Anexo II – Mapa do Macrozoneamento Urbano do PLC 61/2018



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PARECER Nº 91/2022
RELATOR VEREADOR ALISSON

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 8/2021 (COM A SUBEMENDA
MODIFICATIVA Nº 1/2022) AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº
61/2018**

Autoria da Emenda 8/2021: Adilson Girardi - MDB, Brandel Junior - PODE, Diego Machado - PSDB, Érico Vinicius - NOVO, Henrique Deckmann - MDB, Kiko do Restaurante - PSD, Maurício Peixer - PL, Nado - PROS, Neto Petters - NOVO, Pastor Ascendino Batista - PSD, Wilian Tonezi – PATRIOTA

Assunto da Emenda 8/2021: Promove alterações no Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, a fim de criar a Área de Expansão Urbana da Proteção da Paisagem Campestre (AEUPPC)

Autoria da Subemenda 1/2022: Adilson Girardi – MDB

Assunto da Subemenda 1/2022: Altera os artigos 1º e 2º e anexos da Emenda Modificativa nº 8/2021 ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, que cria a Área Expansão Urbana da Proteção da Paisagem Campestre (AEUPPC)

Autoria da proposição original: Poder Executivo

Assunto da proposição original: DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE, INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 261, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008.

1. RELATÓRIO

Trata-se da análise da admissibilidade jurídica das seguintes proposições:

1. Emenda Modificativa nº 8/2021, ofertada pelos Vereadores acima indicados ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2018; e

2. Subemenda nº 1/2022, ofertada pelo Vereador Adilson Girardi à Emenda Modificativa nº 8/2021, ofertada pelos Vereadores acima indicados ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2018.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação já se manifestou pela admissibilidade jurídica da tramitação da matéria principal.

O objetivo da **Emenda Modificativa nº 8/2021**, segundo o autor, é “*criar a Área de Expansão Urbana da Proteção da Paisagem Campestre (AEUPPC) que envolve toda a então região rural, englobando as estadas da Ilha, Timbé e Oeste até a bacia do Rio Cubatão do Norte e Marina Cubatão, já incluindo a conceituação de seus possíveis Setores*”.

Por sua vez, o objetivo da **Subemenda nº 1/2022**, é promover três alterações na Emenda Modificativa nº 8/2021, quais sejam: **a)** excluir da redação proposta na Emenda Modificativa nº 8/2021 para o §3º do Artigo 66 do Projeto de Lei Complementar nº 61/2018 o trecho final, qual seja, “[...] que, contudo, possibilita a instalação de agroindústrias e a manutenção de indústrias em geral instaladas na região antes da Lei Complementar nº 470, de 09 de janeiro de 2017, desde que estas adotem medidas mitigadoras de riscos ao meio ambiente.”, uma vez que os termos utilizados remontam à regulamentação dos usos permitidos para a região, os quais devem ser abordados na Lei Complementar nº 470/2017 (Lei de Ordenamento Territorial); **b)** alterar a redação proposta na Emenda Modificativa nº 8/2021 para os incisos XII, XIII e XIV do Artigo 70 do Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, retirando destes o termo “contidas dentro da Macrozona Urbana de Proteção da Paisagem Campestre”, permitindo que os conceitos dos setores criados possam ser utilizados em outras áreas; e **c)** alterar o Anexo I - Mapa do Macrozoneamento Rural e o Anexo II - Mapa do Macrozoneamento Urbano, do Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, adequando-os à Lei Complementar nº 581 de 02 de dezembro de 2021, que alterou os anexos II e III da Lei de Ordenamento Territorial (Lei Complementar nº 470/2017).

É o relato do essencial.

2. EXAME

Nos termos do art. 34, I do Regimento Interno da Câmara Municipal, compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação emitir parecer sobre *a admissibilidade das proposições quanto aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa de todos os projetos, emendas, substitutivos ou qualquer outra matéria sujeita à apreciação da Câmara de Vereadores, exceto a proposta orçamentária, para efeito de admissibilidade e tramitação.*

A referida análise deve levar em conta tanto os aspectos formais (competência do Município e observância da forma adequada das regras de iniciativa), quanto os aspectos materiais da proposição (compatibilidade do conteúdo com o ordenamento jurídico em linhas gerais).

A apresentação de emendas está prevista nos arts. 189 e seguintes do Regimento Interno.

No caso em análise, ambas as proposições acessórias, ao objetivar criar e dispor sobre a Área de Expansão Urbana da Proteção da Paisagem Campestre (AEUPPC), na proposta que trata sobre a revisão do Plano Diretor, se encontra estritamente vinculada às regras que disciplinam o Processo Legislativo, especialmente às normas do Regimento Interno da Casa que delineiam a forma para sua apresentação, a saber:

- (i) NÃO se tratar de reiteração de Emenda que já tenha sido rejeitada pelo Plenário (art. 190, § 2º);
- (ii) NÃO se prestar a alterar a “essência” da Proposição principal (art. 190, § 4º);
- (iii) NÃO implicar aumento de despesa à Proposição Principal, (em projetos que se relacionem com a iniciativa exclusiva do Poder Executivo ou que versem sobre organização dos serviços deste Poder Legislativo; art. 63, I e II da Constituição Federal).

Estabelecidas essas premissas, observa-se que a emenda ofertada: **a)** não implica qualquer espécie de despesa ao Poder Executivo; **b)** possui pertinência temática com o texto da proposição principal; **c)** respeita os dispositivos do Regimento Interno que tratam da admissibilidade de emendas.

Em relação aos aspectos materiais, no tocante à análise de admissibilidade que cabe a esta Comissão, não se verifica óbice algum, sob o ponto de vista legal ou constitucional, ao conteúdo das alterações apresentadas, que meramente objetivam criar nova área de expansão urbana no projeto de revisão do Plano Diretor.

Assim, não se identificam elementos que eventualmente possam atentar contra as formalidades ao devido Processo Legislativo, e, igualmente, que possam violar os princípios constitucionais ou o ordenamento jurídico.

Ressalta-se que cabe às Comissões de mérito se aprofundarem na análise da criação de área pretendida, especialmente no que diz respeito ao interesse público da aprovação da matéria.

Anote-se ainda que, havendo modificações substanciais na proposição original que ainda não tenham passado por audiências públicas e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Joinville, “Conselho da Cidade” – CMDSJ, tais providências devem ser tomadas até o fim da tramitação do processo legislativo, em atenção ao princípio da gestão democrática da política urbana e da necessidade de participação popular em matérias desta natureza.

Tecidas essas breves considerações, recomenda-se a aprovação da emenda apresentada.

3. OPINIÃO CONCLUSIVA DO RELATOR SOBRE A MATÉRIA

Por todo o exposto, o relator opina pela **ADMISSIBILIDADE JURÍDICA** da tramitação da **Emenda Modificativa nº 8/2021**, ofertada por vários Vereadores ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2018, com as alterações dadas pela **Subemenda nº 1/2022**, de autoria do Vereador Adilson Girardi.

Joinville, 17 de março de 2022.

Vereador Alisson
Relator



CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE
ESTADO DE SANTA CATARINA

71/2022

Relatório

Fundamentação

Recomendo

Joinville, 08 de Março de 2022.